

Reflexões em torno do “ofício do historiador” e sua legitimidade epistemológica: o que Veyne, White, Certeau, Gay e Chartier têm a nos dizer?

Julierme Morais* e
Rodrigo Francisco Dias**

RESUMO: : Este artigo gira em torno de um tema que tem sido o objeto de acaloradas discussões epistemológicas, sobretudo nos últimos quatro decênios. Este tema diz respeito ao conhecimento histórico, seu estatuto científico ou, do contrário, sua indistinção em relação aos textos ficcionais. A nossa intenção é discutir a complexidade do “ofício do historiador” e sua legitimidade epistemológica. Nós elaboramos as nossas reflexões por meio das contribuições teóricas de Paul Veyne, Hayden White, Michel de Certeau, Peter Gay e Roger Chartier. Nós acreditamos que uma leitura crítica destes cinco autores nos permitirá uma reflexão a respeito da complexidade do nosso ofício, particularmente no que diz respeito às complexas relações entre história e ficção.

Palavras-chave: Ofício do Historiador, Estatuto da História, História e Ficção

ABSTRACT: This article revolves around a subject that has been the matter of warm epistemological discussions, especially during the latest four decades. This subject concerns the historical knowledge, its scientific status or, otherwise, its non-distinction in relation to fictional texts. We intend to discuss the complexity of the “historians’s craft” and its epistemological legitimacy. We elaborate our thinking through the theoretical contributions of Paul Veyne, Hayden White, Michel de Certeau, Peter Gay and Roger Chartier. We believe that a critical reading of these five authors allow us to reflect about the complexity of our craft, particularly with regard to the complex relationships between history and fiction.

Keywords: Historian’s Craft, Status of History, History and Fiction.

Este artigo gira em torno de um tema que tem sido o objeto de acaloradas discussões epistemológicas, sobretudo nos últimos quatro decênios. Este tema diz respeito ao conhecimento histórico, seu estatuto científico ou, do contrário, sua indistinção em relação aos textos ficcionais. Ancorado numa tradição reflexiva que remonta ao século XIX, especialmente porque o termo “ciência” começa a ser empregado para designar o resultado da empresa dos historiadores, porém, potencializado em inúmeros desdobramentos a partir do decênio de 1960, a problematização do conhecimento histórico, sobretudo de sua narrativa, é desencadeada por um processo histórico específico, denominado por muitos: “pós-moderno”.

Neste processo, encarado sob a ótica da falência do racionalismo moderno cartesiano, o conhecimento histórico e suas determinadas maneiras de abordagem e de prosseguimento de paradigmas da modernidade — materialismo histórico, história total dos Annales, história quantitativa — começaram a ser defendidas e atacadas. Tendo como base a defesa ou ataque da legitimidade científica do conhecimento histórico, diversos estudiosos começaram a desenvolver argumentos que tocam diretamente no “ofício do historiador”¹ e suas variantes interpretativo-explicativas.

Na esteira desta preocupação, sem dúvidas, a postura de crítica do filósofo francês Michel Foucault teve enorme importância. A partir do decênio de 1960, suas problematizações

a respeito da noção de verdade, onde esta seria fruto de produções discursivas praticadas socialmente, bem como sua sinalização de que haveria uma necessidade de ampliar a noção de discurso, a fim de enxergá-lo enquanto ordenação de objetos e suas respectivas relações de poder adentraram no cerne do debate epistemológico daquilo considerado verdadeiro.²

As reflexões de Foucault atinentes às relações entre verdade e poder, via análise genealógica de inspiração nietzscheana, tocaram profundo nas concepções dos estudiosos de ciências humanas, levando-os a problematizar como são constituídos e instaurados os regimes de verdade, sobretudo levando em conta o papel desempenhado pela linguagem/narrativa. Nesse ínterim, os historiadores e teóricos da história não passaram ao largo do debate, se sentindo na necessidade de problematizar, tanto por meio da afirmação quanto por meio da negação, o estatuto científico do conhecimento histórico e sua narrativa.

Como a fortuna crítica deste debate é demasiadamente vasta, passando pelas posturas teóricas de Frank Ankersmith, Roland Barthes, Peter Burke, Arthur Danto, Carlo Ginzburg, Eric Hobsbawm, Paul Ricoeur, Jörn Rüsen, Laurence Stone e Perez Zagorin³, entre outros, o que fere os propósitos e os limites deste artigo, nos concentraremos em uma análise explanatória de cinco posturas que consideramos extremamente interessantes: a de Paul Veyne, a de Hayden White, a de Michel de Certeau, a de Peter Gay e a de Roger Chartier. Ressaltando o caráter panorâmico de nossa exposição, convém confirmar que tal texto se dispõe a dar apenas os primeiros indícios daqueles que se predispõe e se interessam ao debate de tal temática. Enfim, passemos à nossa empresa.

Veyne Abre o Caminho e White Pavimenta: da História como “Romance Real” à História Indistinguível das Ficções Literárias

O primeiro a dar mostras do “poder” exercido pelos argumentos de Michel Foucault foi o historiador francês Paul Veyne. No início dos anos 1970, Veyne se propôs a pensar o estatuto científico do conhecimento histórico de maneira bastante crítica no ensaio *Como se escreve a história*. Logo no início de suas reflexões, Veyne afirmara que:

A história não é uma ciência e não tem muito a esperar das ciências; ela não explica e não tem método; melhor ainda, a história, da qual muito se tem falado nesses dois últimos séculos, não existe. [...] os historiadores nar-ram fatos reais que têm o homem como ator; a história é um romance real.⁴

Dentro dessa concepção de Paul Veyne, portanto, a história não pertence ao campo das ciências, mas sim ao campo das narrativas, ela é como um romance, mas um “romance real”. Ao pensar a história como um “romance”, o autor aproxima a prática dos historiadores da prática dos romancistas. O historiador é também um escritor, narra eventos, elabora uma narração. Contudo, há uma diferença entre os dois campos que se encontra sob o ponto de vista do *conteúdo*, os acontecimentos narrados pelo historiador precisam ter *realmente* acontecido⁵. E aqui temos um aspecto importante da disciplina histórica, segundo Paul Veyne: apesar dessa exigência, o historiador nunca apreenderá os eventos do passado de maneira direta, mas apenas por meio de documentos.⁶

É a partir dessa consciência em relação às limitações da história que Veyne se recusa a ver nela uma ciência. O que o autor chama de “ciência” é toda forma de conhecimento capaz de *explicar* as coisas, possibilitando “intervenção” e “previsão” no plano do real. Porém, no que diz respeito à história, o autor argumenta que nela “não existe uma ordem de fatos que, sempre a mesma, comande os outros fatos; a história e a sociologia estão condenadas a permanecer descrições compreensivas”⁷. Dito de outra forma, não há na disciplina histórica um modelo rígido de causas e consequências que sempre auxilia na *explicação* dos fatos, do que resulta o caráter não científico da história.

É importante destacarmos a observação feita por Veyne a respeito da noção de *explicação*. Segundo o autor,

o termo explicação é tomado, ora num sentido forte, onde explicar significa “atribuir um fato a seu princípio ou uma teoria a uma outra mais geral”, como fazem as ciências ou a filosofia; ora num sentido fraco e familiar, como a dizer: “Deixe-me explicar-lhe o que se passou e logo compreenderá”. [...] Mostraremos mais adiante que, a despeito de certas aparências e de certas esperanças, não existe explicação histórica no sentido científico da palavra, que essas explicações levam àquelas do segundo sentido do termo; essas explicações “familiares”, do segundo gênero, são a verdadeira, ou melhor, a única forma de explicação histórica; vamos estudá-las a seguir. Cada um sabe que, abrindo um livro de história, compreende-o como um romance ou algo parecido; por outras palavras, explicar, da parte do historiador, quer dizer “mostrar o desenvolvimento da trama, fazer compreendê-lo”. Assim é a explicação histórica: sublunar e nunca científica; nós lhe reservamos o nome de compreensão.⁸

Segundo o autor, portanto, o termo *explicação* pode ter dois significados: por um lado há a *explicação científica*, que permite que possamos apreender fatos por meio da elucidação das causas e das consequências, já determinadas por *leis gerais*, e, por outro lado, há a *explicação “familiar”*, dos eventos cotidianos, onde o ato de *explicar* algo é o próprio ato de *narrar*. A “explicação histórica”, tal como é pensada por Paul Veyne, recebe o nome de *compreensão* porque a história deve narrar os fatos de maneira *compreensível*, clara.

E como narrar de maneira compreensível? Segundo Paul Veyne, o historiador deve fazer isso por meio da elaboração de uma *trama*. De acordo com o autor, acontecimentos de diversos tipos (políticos, sociais, militares, econômicos, culturais, demográficos, etc.) podem ser objetos da história. A *narrativa histórica* é fruto das escolhas do historiador, ou seja, do recorte feito por ele. É com base nisso que Veyne trabalha com a noção de “trama”:

Os fatos não existem isoladamente, nesse sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura muito humana e muito pouco “científica” de causas materiais, de fins e de acasos; de um corte de vida que o historiador tomou, segundo sua conveniência, em que os fatos têm seus laços objetivos e sua importância relativa; a gênese da sociedade feudal, a política mediterrânea de Filipe II ou somente um episódio dessa política, a revolução galiléia. A palavra trama tem a vantagem de lembrar que o objeto de estudo do historiador é tão humano quanto um drama ou um romance, *Guerra e Paz* ou *Antônio e Cleópatra*. Essa trama não se organiza, necessariamente, em uma seqüência cronológica: como um drama interior, ela pode passar de um plano para outro; a trama da revolução galiléia colocará Galileu em choque com os esquemas de pensamento da física, no começo do século XVII, com as aspirações que sentia em si próprio, com os problemas e referências à moda, platonismo e aristotelismo etc. A trama pode se apresentar como um

corte transversal dos diferentes ritmos temporais, como uma análise espectral: ela será sempre trama porque será humana, porque não será um fragmento de determinismo. [...] Quais são, pois, os fatos dignos de suscitar a atenção do historiador? Tudo depende da trama escolhida, um fato não é nem interessante, nem o deixa de ser.⁹

Se os fatos não existem de maneira isolada, cabe ao historiador articulá-los, sob a forma de uma trama, em sua narrativa. Um exemplo: em um dado corpo social, fatos políticos, culturais, econômicos e sociais estão articulados uns aos outros (ainda que essa articulação não siga uma *lei geral* rígida), não existem separadamente como se fossem gavetas de uma cômoda. Contudo, ao narrar a história deste grupo de indivíduos, o historiador precisa fazer escolhas, ou seja, deve fazer um “corte” no seu objeto de estudo. Se a trama escolhida for a trama política, por exemplo, o historiador produzirá uma narrativa onde os acontecimentos dessa ordem são apresentados de uma maneira que o relato seja compreensível para o leitor. A trama é o próprio corte efetuado pelo historiador em seu objeto de estudo.

Em suma, temos que Paul Veyne pensa o estatuto da história sob o prisma da *narrativa*. O conhecimento histórico não é ciência, pois não explica cientificamente as coisas. É um “romance real”, produz conhecimento por via indireta, é sempre incompleto, *lacunar*, narra o passado por meio de tramas, é marcado pela subjetividade do historiador.

Por um lado, é preciso dizer que Veyne talvez não seja tão pessimista em relação à história, como pensam alguns de seus comentadores. Não, a história para ele não é ciência, porém, é capaz sim de produzir conhecimento, pois “o saber histórico conservará sempre a sua legitimidade”, uma vez que “a ciência não é todo o conhecimento”.¹⁰ Todavia, de outro lado, é praticamente impossível desvincular a postura teórica de Veyne à consideração dos aspectos artísticos do conhecimento histórico e, portanto, ficcionais. O historiador, neste passo, aproxima sensivelmente a narrativa histórica ao romance literário.

Tal iniciativa parece ter sido aprofundada pelo teórico literário, que hoje já é considerado teórico da história, Hayden White. Do interior da corrente de pensamento denominada “giro-linguístico”, ele é o primeiro a refletir mais enfaticamente sobre o estatuto científico do conhecimento histórico, especialmente seu modo de apresentação linguístico/narrativo, negando-o e traçando sua indissociabilidade dos relatos ficcionais. É verdade que White já vinha traçando as linhas mestras de sua postura, antes mesmo de Veyne, nos polêmicos ensaios *O fardo da História* e *O texto histórico como artefato literário*,¹¹ porém, sua fortuna crítica ganhou maior envergadura teórico-metodológica no clássico *Meta-História*.¹²

A partir de uma análise formal das obras clássicas de historiadores e filósofos da história do século XIX — sendo eles Michelet, Ranke, Alex de Tocqueville, Jacob Burckhardt, Georg W. F. Hegel, Karl Marx, Friedrich Nietzsche e Benedetto Croce —, White repercute a estrutura da imaginação histórica, com vistas a problematizar os princípios interpretativos nos quais, segundo ele, balizam o trabalho histórico. Ele inicia seus ataques ao estatuto científico do conhecimento histórico de maneira sintomática, afirmando o trabalho histórico como “uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa”¹³. A partir disso, ratifica:

As histórias (e filosofias da história também) combinam certa quantidade de “dados”, conceitos teóricos para “explicar” esses dados e uma estrutura narrativa que os apresenta como um ícone de conjuntos de eventos presumivelmente ocorridos em tempos passados. Além disso, digo eu, eles comportam um conteúdo estrutural profundo que é em geral poético e, especificamente, linguístico em sua natureza, e que faz as vezes do paradigma pré-criticamente aceito daquilo que deve ser uma explicação eminentemente “histórica”. Esse paradigma funciona como o elemento “meta-histórico” em todos os trabalhos históricos que são mais abrangentes em sua amplitude do que a monografia ou o informe de arquivo¹⁴.

Tal colocação sugere que certa quantidade de dados, conceitos teóricos que os expliquem e uma estrutura narrativa de essência profundamente poética são as bases constituintes do trabalho histórico. Nesta medida, White considera o resultado da empresa dos historiadores: ficções com pretensão de verdade, construídas a partir de meta-histórias que entrecruzam articuladamente concepções ideológicas, modos de interpretação e maneiras de urdir o enredo, fornecendo um estilo historiográfico aos pesquisadores¹⁵.

Na ênfase em identificar os diferentes níveis da conceptualização histórica, White distingue dois elementos *primitivos* (*crônica histórica* e *estória*) e três elementos *não primitivos* (*explicação por argumentação formal*; *explicação por elaboração de enredo* e *explicação por implicação ideológica*) articulados no interior das narrativas históricas, observando que, a partir dos dados históricos, uma *crônica histórica* constitui os fatos que serão posteriormente descritos numa *estória*, por sua vez, construída pela articulação de *explicações por argumentação formal*; *explicações por elaboração de enredo* e *explicações por implicação ideológica*.¹⁶

Tal proposição abre caminho para White tecer um quadro das possíveis estratégias de explicação utilizadas pelos historiadores. Enfatizando que cada estratégia possui diversificadas maneiras de articulação no discurso histórico, o teórico procura expô-las de maneira sistemática. *Para a explicação por argumentação formal*, são expostas as possibilidades do formismo, do organicismo, do mecanicismo e do contextualismo. *À explicação por elaboração de enredo*¹⁷, são apresentadas a *estória* romanesca, a *comédia*, a *sátira* e a *tragédia*. Por fim, para a *explicação por implicação ideológica* são expressos o anarquismo, o conservadorismo, o radicalismo, e o liberalismo.¹⁸

White deixa claro que estas estratégias não são escolhidas de maneira desarticulada. Em sua concepção, existe um nível profundo de consciência, que é poético por natureza, no qual o historiador as escolhe. Para enfatizar mais claramente este processo, o teórico observa que, por não apresentar uma imagem exata do passado, o registro documental recebe um tratamento por parte do historiador, da seguinte maneira:

A fim de imaginar “o que *realmente* aconteceu” no passado, portanto, deve primeiro o historiador prefigurar como objeto possível de conhecimento o conjunto completo de eventos referidos nos documentos. Este ato prefigurativo é *poético*, visto que é precognitivo e pré-crítico na economia da própria consciência do historiador. É também poético na medida em que é constitutivo da estrutura cuja imagem será subsequente formada no modelo verbal oferecido pelo historiador como representação e explicação daquilo “que *realmente* aconteceu” no passado. Mas é constitutivo não somente de um domínio que o historiador pode tratar como pos-

sível objeto de percepção (mental). É também constitutivo dos *conceitos* que empregará para *identificar os objetos* que povoam aquele domínio e *caracterizar os tipos de relações* que eles podem manter entre si. No ato poético que precede a análise formal do campo o historiador cria seu objeto de análise e também predetermina a modalidade das estratégias conceptuais de que se valerá para explicá-lo.¹⁹

Subjaz às colocações de White a ideia de que o historiador prefigura o campo histórico em um ato essencialmente poético, recorrendo a prefigurações literárias já prontas. Essas seriam os tropos da linguagem: *Metáfora, Metonímia, Sinédoque e Ironia*.²⁰

Em face da proposta de White, gostaríamos de afirmar que a aproximação da narrativa histórica aos relatos literários soa como truísmo. No entanto, mais importante ainda é que sua perspectiva perpassa a aproximação entre literatura e história, propondo mesmo a indistinção entre elas. No cerne de suas argumentações reside a ideia segundo a qual a narrativa histórica recorre a aspectos ficcionais para atribuir sentido/explicações sobre os eventos ocorridos no pretérito. Desta maneira, a forma dos discursos construídos com o recurso da narração, tanto pelo historiador quanto pelo romancista, não se diferem, uma vez que ambas fornecem literariamente a realidade.

Certeau Refuta, Mas Deixa Brechas; Gay Segue a Trilha

Com efeito, não há como negar que as colocações de White são extremamente desafiadoras. A indistinção entre narrativa histórica e literatura soou para muitos como uma grande ameaça ao estatuto epistemológico que prima pela cientificidade do conhecimento histórico. Neste contexto reflexivo, uma possível resposta às propostas de White pode ser encontrada em língua francesa pelas mãos do historiador jesuíta Michel de Certeau.

O exercício crítico de Certeau pode ser encontrado no seu conhecido ensaio *A operação historiográfica*, no qual ele inicia pontuando:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.²¹

O “historiador de ofício” fala, portanto, a partir de um determinado *lugar social*, que é o ambiente universitário. Neste lugar, há algumas *leis* que são compartilhadas pelos *pares*, ou seja, pelos outros historiadores. Deste modo, o historiador escreve a história de acordo com determinados métodos de pesquisa e de escrita. A legítima obra historiográfica deve obedecer a certas imposições do meio acadêmico, para que seja reconhecida, pelos outros historiadores, enquanto tal.

Certeau argumenta que a escrita da história envolve um *lugar*, *procedimentos* de pesquisa e a construção de um *texto*. Tendo o seu trabalho articulado a um *lugar social*, o historiador parte de um conjunto de *práticas* “científicas” para construir, ao final de sua investigação, uma *escrita* própria do discurso *histórico*. Este discurso “pretende dar um conteúdo verdadeiro

(que vem da verificabilidade), mas sob a forma de uma narração”, ou seja, possui a sucessividade temporal, própria da narração, e um conteúdo “verdadeiro”, próprio do discurso lógico, no qual sua credibilidade é alcançada por meio das citações, referências e notas de rodapé.²²

O que Michel de Certeau nos faz pensar é o seguinte: se após terminar uma pesquisa, o historiador produz um *texto*, constrói uma representação do passado, é preciso ter em mente que a sua narrativa possui não apenas semelhanças em relação ao campo da ficção, da literatura, mas também diferenças. O historiador obedece a certas regras de escrita ao elaborar o seu texto, não tem a mesma liberdade que um autor de ficção, precisa fazer referência às fontes, aos documentos e a outros autores. Sobre a escrita histórica, Michel de Certeau faz ainda uma importante observação:

O *writing*, ou a *construção de uma escrita* (no sentido amplo de uma organização de significantes), é uma passagem, sob muitos aspectos, estranha. Conduz da prática ao texto. Uma transformação assegura o trânsito, desde o indefinido da “pesquisa” até aquilo que H. I. Marrou chama de “servidão” da escrita. “Servidão”, com efeito, pois a fundação de um espaço textual provoca uma série de distorções com relação aos procedimentos da análise. Com o discurso parece se impor uma lei contrária às regras da prática. A primeira imposição do discurso consiste em prescrever como início aquilo que na realidade é um ponto de chegada, ou mesmo um ponto de fuga da pesquisa. [...] Tornando-se um texto, a história obedece a uma segunda imposição. A prioridade que a prática dá a uma tática do desvio, com relação à base fornecida pelos modelos, parece contradita pelo *fechamento* do livro ou do artigo. Enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim, e esta estrutura de parada chega até a introdução, já organizada pelo dever de terminar.²³

Se, durante a pesquisa, o historiador deve procurar sempre problematizar, questionar e duvidar, ao escrever, todavia, deve construir um texto que tenha *início*, *meio* e *fim*. A escrita do historiador deve ser coesa (ou *compreensível*, como diria Paul Veyne). Combinando elementos da “narração” e do “discurso lógico”, o texto do historiador se aproxima sim do texto ficcional, mas não é igual a ele, há diferenças que não devem ser esquecidas. Se o historiador produz uma representação do passado, isso não quer dizer que não há um rigor *acadêmico* no seu trabalho de pesquisa e na sua escrita.

Em suma, Michel de Certeau pensa o estatuto da história como algo *misto*: a história *narra*, como a ficção, e também *investiga*, como as ciências. Certeau não é ingênuo, ele sabe que a história não produz uma *verdade absoluta e eterna*, ele sabe também que as *regras* do ambiente universitário não surgiram prontas e acabadas, mas foram elaboradas ao longo do tempo. Assim, ele tem consciência de que o texto do historiador possui sempre um *não-dito*. Contudo, mesmo mostrando, ao longo de seu ensaio, que os textos dos historiadores são *fabricados* dentro de contextos específicos, segundo interesses e regras, Michel de Certeau não deixa de defender a ideia que a história produz sim um conhecimento válido a respeito da realidade do passado.

No entanto, a concepção de que o conhecimento histórico é híbrido/misto abriu caminho para problematizações como a de Peter Gay, sobretudo encaminhada no fito de discutir o “estilo” dos historiadores. As contribuições de Peter Gay para o debate em torno do estatuto epistemológico da disciplina histórica podem ser encontradas na sua obra *O estilo na história*. Neste livro, o autor pensa o estatuto da história a partir da análise de textos de

autores como Edward Gibbon, Leopold Von Ranke, Thomas Macaulay e Jacob Burckhardt.

O esforço de Peter Gay se orienta no sentido de demonstrar que a história é, e deve ser, a um só tempo arte e ciência. Do ponto de vista metodológico, *O estilo na história* é uma obra na qual o autor analisa os aspectos formais dos textos analisados, destacando a suas estratégias narrativas e procurando identificar o ambiente cultural no qual cada obra analisada surgiu. Deste modo, o “estilo” de cada historiador analisado funciona como um indício do “lugar” de cada autor. Logo no início de suas reflexões, Peter Gay afirma que

O estilo é um centauro, reunindo o que a natureza como que decretou que se mantivesse apartado. É forma e é conteúdo, entrelaçados para formar a tessitura de toda arte e todo ofício – e também a história. [...] a maneira se encontra indissolivelmente ligada à matéria; o estilo molda e é por sua vez moldado pelo conteúdo.²⁴

Forma e conteúdo não se separam, o “estilo” de escrita do historiador une os dois. Sob este prisma, para Peter Gay, o historiador é também um “escritor profissional”, a um só tempo “estilista” e “cientista”, sua *escrita* deve “proporcionar prazer sem comprometer a verdade”.²⁵ “Verdade” e “beleza”, deste ponto de vista, não são incompatíveis. A partir de uma rica análise dos “estilos” de Gibbon, Ranke, Macaulay e Burckhardt, Peter Gay afirma que “a dicotomia aberta entre arte e ciência é absolutamente insustentável”,²⁶ ou seja, não há barreiras rígidas entre arte e ciência, ou entre ficção e história.

Peter Gay procura pensar então a respeito de qual é o tipo de “arte” e qual é o tipo de “ciência” que a história é. Sobre a “arte” da história, o autor reconhece as limitações de escrita dos historiadores:

a história é uma arte durante boa parte do tempo, e é uma arte por ser um ramo da literatura. Digo “durante boa parte do tempo”, porque inúmeras reclamações contra a historiografia não-artística justificam-se plenamente. [...] muitas obras históricas não têm sequer um vago conhecimento da arte do escritor. Todos nós já nos deparamos com aquelas crônicas conscienciosas e enfadonhas, que amontoam pilhas de fatos que todo mundo conhece ou ninguém quer conhecer; [...] Seja o que mais possa ser, a história não é arte o tempo todo.²⁷

Gay defende que não é só possível que o historiador escreva *artisticamente* a história, mas também desejável. O texto histórico será em algum momento lido por alguém, e o historiador deve preocupar-se com o seu leitor, deve procurar uma forma de escrita que seja agradável. Os profissionais da história, portanto, escrevem, assim como os autores de ficção, a história é “um ramo da literatura”. Peter Gay não leva em consideração apenas as semelhanças entre história e ficção, mas também as diferenças. Em um dado momento ele nos diz:

A verdade é um instrumento opcional da ficção, não sua finalidade essencial. [...] o que é notável na ficção, enquanto se diferencia da história, não são seus limites, mas sua liberdade. [...] “Uma cópia do universo”, disse Rebeca West, “não é o que se requer da arte; basta uma das insignificâncias.” Exatamente. Mas o que não se requer da arte é o que se requer da história: descobrir, por chocante que seja a descoberta, como era o velho universo, ao invés de inventar um novo. A diferença é simplesmente decisiva.²⁸

O autor reconhece que as obras de ficção muitas vezes fazem referências a aconteci-

mentos da “realidade”, mas afirma que isso não é uma obrigação destas obras, mas apenas uma opção de alguns autores. O historiador, por outro lado, deve responder a uma exigência feita pelos seus leitores: a sua história deve ter como referente a “realidade” do passado. A escrita da ficção é, se comparada à história, bem mais livre. O historiador deve seguir as *regras* da academia, como havia apontado Michel de Certeau. Peter Gay não é ingênuo, ele sabe que a história não produz uma verdade absoluta e eterna a respeito do passado, mas sim várias “verdades”. Todavia, sobre as diversas interpretações em história, ele afirma:

Naturalmente, é de conhecimento corrente que os acontecimentos históricos costumam receber mais do que uma única interpretação. Mas gostaria de fazer dois comentários sobre este fato inegável da vida do historiador. As interpretações podem antes complementar do que contradizer umas às outras, assim como diferentes mapas do mesmo território podem ser igualmente corretos, sem conflitar em ponto algum. A coexistência das interpretações, em suma, é possível e mesmo provável, mesmo que tais interpretações sejam, no bom sentido do termo, parciais. Mas, quando as interpretações se contradizem mutuamente, o historiador não pode se resignar a esses conflitos sob a alegação de que são intrínsecos a seu material ou à natureza da pesquisa histórica. São precisamente os conflitos de interpretação que dão a medida do grau insatisfatório em que se encontram os conhecimentos da disciplina histórica, naquele aspecto específico.²⁹

A “ciência” do historiador, portanto, produz “verdades” que são plurais. É o conjunto dessas “verdades” que possibilita uma visão mais ampla do passado. É neste sentido que, para Peter Gay,

a história é quase uma ciência, e mais do que uma ciência. É uma definição reconhecidamente paradoxal. [...] Este paradoxo mostra a coexistência tensa, e todavia fecunda, do engajamento e do distanciamento, que o diferencia [ele, o historiador], de um lado, do romancista e, de outro, do físico.³⁰

Na concepção de Peter Gay, portanto, a história é ciência e arte, ela possui semelhanças e diferenças em relação às outras ciências e às outras artes. Este caráter *misto* da história é, segundo o autor, perceptível no próprio “estilo” de cada historiador analisado em seu livro.

Chartier Segue Certeau e Radicaliza

Se, por um lado, a postura de Michel de Certeau norteou preocupações sobre o caráter híbrido da história, como a de Peter Gay, por outro, também incitou os historiadores a se pautarem em suas colocações de que a prática do historiador é que outorga o estatuto científico ao conhecimento histórico, como procedeu o historiador francês Roger Chartier. Notadamente conhecido pelos seus estudos no campo da “Nova História Cultural”, o historiador entra em confronto direto com a postura teórica de Hayden White.

Em sua obra intitulada *À beira da falésia*, Chartier assume as acusações de Hayden White, mas reitera a postura de Michel de Certeau, ao discorrer sobre a prática empreendida pelos historiadores. Ele salienta:

[...] não é mais possível pensar o saber histórico, instalado na ordem do verdadeiro, nas categorias do “paradigma galileano”, matemático e dedutivo. [...] Em um texto ao qual se deve sempre retornar, Michel de Certeau formulara essa tensão funda-

mental da história. Ela é uma prática “científica”, produtora de conhecimentos, mas uma prática cujas modalidades dependem das variações de seus procedimentos técnicos, das restrições que lhe impõem o lugar social e a instituição de saber onde é exercida, ou ainda, das regras que necessariamente comandam sua escritura. O que pode igualmente ser enunciado ao inverso: a história é um discurso que coloca em ação construções, composições, figuras que são aquelas de toda escritura narrativa, logo, também da fábula, mas que, ao mesmo tempo, produz um corpo de enunciados “científicos”, se entendermos por isso “a possibilidade de estabelecer um conjunto de *regras* que permitem ‘controlar’ *operações* proporcionais à *produção* de objetos determinados”.³¹

O historiador francês caracteriza o resultado do trabalho historiográfico como sendo apto à verificação e controle. A base disso é a pretensão de verdade, “talvez desmesurada, mas fundadora”, que faz parte do universo das intenções primárias dos historiadores. Para Chartier, o abandono da intenção de verdade abre caminho para as falsificações, ao revisionismo, práticas traidoras do conhecimento histórico legítimo.³²

Com base nisto, ele ataca alguns pontos fundamentais na fortuna crítica de Hayden White, com vistas a refutá-la. Seu empreendimento metodológico consiste em mencionar passagens da obra de White e atacá-las com uma carga de argumentos de ordem crítico-negativa. Vejamos.

Num primeiro momento, é mencionado um conflito teórico na primeira parte de *Meta-História*, que traz consigo a contradição da articulação entre um determinismo linguístico e a liberdade do sujeito do conhecimento histórico. Por meio da exposição de passagens da obra de White, Chartier enfatiza essa relação teórica conflituosa, da seguinte maneira:

Pré-críticas, pré-cognitivas, as matrizes tropológicas dos discursos históricos podem ser assim interpretadas como estruturas impostas, desconhecidas, comandando as “escolhas” dos historiadores independentemente de sua vontade e de sua consciência. Foi exatamente desse modo que, na maioria das vezes, foi compreendida a obra de Hayden White, tida por muitos como a mais importante das que submeteram a história a um *linguistic turn*. [...] Retornemos, porém, ao prefácio de *Metahistory*. O vocabulário empregado não é apenas o do estruturalismo, lingüístico ou não (*deep structure, understructure, deeper level*). Ele coloca em jogo um repertório que vem de uma direção bem diferente: *historical consciousness* é utilizado quatro vezes, *choice* ou *to choose*, três vezes. Os historiadores parecem então decidir livremente, conscientemente (ou, segundo uma fórmula menos afirmativa, *more or less self-consciously*), sua preferência por um ou outro dos estilos historiográficos reconhecidos por Hayden White. As prefigurações tropológicas são assim constituídas em um conjunto de formas possíveis entre as quais o historiador pode escolher em função de suas inclinações morais ou ideológicas.³³

A demonstração dessa latente contradição incita Chartier a questionar: “é possível articular, sem grave contradição, a linguística pós-saussureana e a liberdade do historiador como criador literário?”.³⁴ Obviamente, ele não dá respostas, pois as espera de Hayden White.

Outro argumento de refuta por parte de Chartier reside na proposta de White em analisar, por meio de uma estrutura tropológica considerada inerente à imaginação do homem ocidental, alguns clássicos da historiografia e filosofia da história do século XIX. Chartier considera-a anacrônica e questiona:

[...] é legítimo aplicar o modelo tropológico da prefiguração poética e linguística sem levar em conta o lugar, muito diferente conforme as situações históricas, da retórica e sem medir a distância ou a proximidade dos atores em relação a essa modalidade de codificação do discurso que não foi nem única nem estável entre a Renascença e o século XX?³⁵

Ou seja, Chartier questiona a historicidade do modelo tropológico utilizado por White, bem como reitera a ideia, de Michel de Certeau, acerca do lugar social do historiador. Em outras palavras, como atribuir os tropos da Metáfora, Metonímia, Sinédoque e Ironia, discutidos pela teoria literária do século XX, aos historiadores e filósofos da história do século XIX, uma vez que determinados tropos sequer são compartilhados pelos historiadores de um mesmo período histórico? Mais uma vez a resposta não é dada, pois o historiador francês espera vir de White.

Por fim, outro empreendimento de White que recebe argumentos de ordem crítico-negativa gira em torno da querela entre verdade e ficção nos estudos históricos. Conforme Chartier, apesar de não ignorar que tanto a história quanto a ficção possuem algum tipo de conhecimento sobre a realidade, ao traçar a indistinção entre a verdade produzida pela história e aquela produzida pela ficção, White elide a possibilidade científica do conhecimento histórico, isto é, nega-lhe um regime de verdade próprio, bem como cai em um relativismo absoluto, que também insurge como negação da possibilidade de distinção do verdadeiro e do falso.³⁶ Nesta medida, Chartier questiona novamente:

[...] se a história produz um conhecimento que é idêntico àquele gerado pela ficção, nem mais nem menos, como considerar (e por que perpetuar) essas operações tão pesadas e exigentes que são a constituição de um *corpus* documental, o controle dos dados e das hipóteses, a construção de uma interpretação? [...] Se realmente o discurso histórico assemelha-se à ficção narrativa, e até mesmo converge com ela, tanto pelas estratégias que emprega para atribuir um sentido aos acontecimentos quanto pelo tipo de verdade com o qual lida, se a realidade dos fatos tramados não importa à natureza do saber produzido, a “operação historiográfica” não seria tempo e pena perdidos?³⁷

Nota-se, novamente, a reiteração da empresa de Michel de Certeau, que abre lastro para mais argumentos de ordem crítico-negativa da parte de Chartier. Fazendo alusão a duas possíveis respostas dadas por White às acusações de que seria um relativista — primeira: quando atesta a verdade das ficções e, segunda: ao elaborar a noção de “narrativas competentes”, sugerindo que em casos como a historiografia proposta pelos “negacionistas” do Holocausto, é necessário levar-se em conta documentação histórica e os acontecimentos já estabelecidos como fatos³⁸ —, Chartier uma vez mais encontra certa incoerência na fortuna crítica de White, especialmente relacionada à sua segunda resposta e a perspectiva global de sua empresa.

Se a segunda resposta remonta à “concepção tradicional do fato histórico, atestado, identificável”, sua perspectiva global “limita estritamente o domínio onde a história pode funcionar segundo a oposição entre verdadeiro e falso”.³⁹ Com base nessa contradição, o historiador francês inquiriu:

[...] é possível, e desejável intelectualmente, aderir a uma abordagem semiológica do estudo dos textos [que] permite questionar a segurança do texto como testemunho de acontecimentos ou de fenômenos que lhe são externos, negligenciar a questão da “honestidade” do texto, de sua objetividade? Fazer a história da história

não seria compreender como, em cada configuração histórica dada, os historiadores colocam em ação técnicas de pesquisa e procedimentos críticos que justamente dão a seus discursos, de maneira desigual, essa “honestidade” e essa objetividade?⁴⁰

Os pontos da fortuna crítica de White elencados por Chartier ferem profundamente sua perspectiva analítica, bem como suscitam aos estudiosos do conhecimento histórico reflexões muito frutíferas no debate acerca do estatuto epistemológico do conhecimento histórico. No entanto, os ataques a White, como também outras perspectivas de ordem crítico-negativa, não vieram somente da historiografia francesa.

O Que Tais Argumentos Nos Dizem? Ou, À Guisa de Conclusão

Apesar das diferenças nos caminhos percorridos por cada um dos autores aqui analisados, temos que as reflexões de Paul Veyne, Hayden White, Michel de Certeau, Peter Gay e Roger Chartier a respeito do estatuto da história e do lugar desta disciplina no campo das ciências e/ou no campo das artes, remetem ao debate em relação às complexas relações entre história e ficção. Trata-se de um debate polêmico e desafiador, onde, infelizmente, muitos autores acabam preferindo seguir caminhos *fáceis*. De fato, enquanto uns procuram igualar totalmente história e ficção, outros procuram dar destaque apenas para as diferenças entre estes dois campos, muitas vezes caindo na ingenuidade (ou arrogância) da crença em uma *verdade absoluta, única e eterna* em história.

Com efeito, o que fica da leitura destes cinco teóricos é que há *diferenças* e *semelhanças* entre história e ficção. Paul Veyne e Hayden White chamaram a atenção, de um modo certamente incômodo para alguns, para o fato de que o historiador produz um “texto” que não possui nenhuma transparência em relação aos eventos do passado. A leitura destes dois autores nos lembra que precisamos ter mais humildade em nosso trabalho. De Michel de Certeau, por sua vez, merece ser destacada a sua observação de que o trabalho do historiador começa bem antes da elaboração do texto, com a pesquisa junto aos documentos e a convivência com os outros historiadores, dentro da Universidade. Peter Gay também procurou levar em conta não só os escritos dos autores analisados por ele, mas também os seus lugares. Se Gay afirmou que a história é arte e ciência, ele não deixou de afirmar as limitações da disciplina histórica em relação a seus aspectos artísticos e científicos.

Por sua vez, Roger Chartier nos instiga a pensar na complexidade das relações entre história e ficção. Ao estabelecer críticas à Hayden White, o francês procurou defender a legitimidade da disciplina histórica enquanto forma de conhecimento. A crítica de Chartier a White nos faz pensar que todos estes debates a respeito do estatuto da história estão longe de chegar a um fim, e mostram a complexidade do ofício do historiador.

Nos últimos anos, as discussões sobre as relações entre história e ficção, sobre o campo dos discursos e sobre as relações entre *linguagem* e *realidade* têm estimulado muitos historiadores exatamente a uma reflexão sobre essa complexidade do seu ofício, ainda que também tenham levado alguns a um pessimismo total em relação à possi-

bilidade de a história produzir um conhecimento válido. Deste ponto de vista, acreditamos que as contribuições dos estudiosos aqui analisados nos instigam a uma reflexão crítica sobre o complexo estatuto da história e, consequentemente, de nosso ofício. Afinal, como enfatizou o historiador Jurandir Malerba, “O caráter autorreflexivo do conhecimento histórico talvez seja o maior diferenciador da História no conjunto das ciências humanas”.⁴¹

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANKERSMITH, Frank R. Historiografia e pós-modernismo. **Topoi**, Rio de Janeiro, mar. 2001, p. 113-135.

_____. Resposta a Zagorin. **Topoi**, Rio de Janeiro, mar. 2001, p. 153-173.

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução, prefácio, introdução, comentários e apêndice de Eudoro de Sousa. Porto Alegre: Globo, 1966.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**, ou, **O Ofício de Historiador**. Edição anotada por Étienne Bloch. Prefácio de Jacques Le Goff. Apresentação à edição brasileira de Lilia Moritz Schwarcz. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2001.

BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: _____ (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992, p. 327-348.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 3. ed. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

DANTO, Arthur. **Após o fim da arte: a arte contemporânea e os limites da história**. São Paulo: Edusp, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 2. ed. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FRYE, Northrop. **Anatomia da crítica**. Tradução de Péricles Eugênio da Silva Ramos. São Paulo: Cultrix, 1973.

GAY, Peter. **O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força**. História, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Eduardo Brandão e Rose Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOBSBAWM, Eric. A volta da narrativa. In: _____. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 201-206.

MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: _____ (Org.). **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006, p. 11-26.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papirus, 1994, 3 v.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica – Teoria da História I**: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da UNB, 2001.

_____. **Reconstrução do passado – Teoria da História II**: os princípios da pesquisa histórica. Tradução de Asta-Rose Alcaide e Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da UNB, 2007.

_____. **História viva – Teoria da História III**: formas e funções do conhecimento histórico. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da UNB, 2007.

STONE, Laurence. O ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma velha História. **Revista de História**, Unicamp, n. 2/3, 1991, p. 13-37.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

_____. **O inventário das diferenças**: história e sociologia. Tradução de Sônia Saizstein. São Paulo: Brasiliense, 1983.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. 2. ed. 1. reimpr. Tradução de José Laurênio de Melo. São Paulo: EDUSP, 2008.

ZAGORIN, Perez. Historiografia e pós-modernismo: Reconsiderações. **Topoi**, Rio de Janeiro, mar. 2001, p. 137-152.

Notas

* Doutorando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

** Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (PPGHIS/UFU)

¹ Talvez seja interessante lembrarmos aqui as colocações de Marc Bloch acerca do trabalho do historiador. Na sua *Apologia da História*, o autor francês faz uma instigante reflexão sobre o seu ofício, chamando a atenção para a importância da relação passado-presente nas pesquisas e produções dos historiadores. Esses pesquisadores, segundo Bloch, devem estar atentos aos anseios e questões do seu tempo. Observação interessante é a que diz respeito às fontes, os vestígios do passado, por meio das quais se estuda um tempo histórico anterior: esses materiais são sempre incompletos e nunca transmitem uma verdade absoluta a respeito dos fatos. Marc Bloch também refletiu sobre as limitações da disciplina histórica no que tange à produção do conhecimento sobre o passado, fazendo uma intensa crítica ao legado deixado pelos membros da chamada Escola Metódica Francesa. Ao mesmo tempo em que apresenta tais fragilidades de seu ofício, o autor faz uma defesa apaixonada da História enquanto forma de conhecimento. Ver: BLOCH, Marc. **Apologia da História**, ou, **O Ofício de Historiador**. Edição anotada por Étienne Bloch. Prefácio de Jacques Le Goff. Apresentação à edição brasileira de Lília Moritz Schwarcz. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2001.

² Cf. FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 2. ed. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1981. _____. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. _____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996. _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

³ Respectivamente, cf. ANKERSMITH, Frank R. Historiografia e pós-modernismo. **Topoi**, Rio de Janeiro, mar. 2001, p. 113-135; _____. Resposta a Zagorin. **Topoi**, Rio de Janeiro, mar. 2001, p. 153-173; BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004; BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: _____. (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992, p. 327-348; DANTO, Arthur. **Após o fim da arte**: a arte contemporânea e os limites da história. São Paulo: Edusp, 2006; GINZBURG, Carlo. **Relações de força**. História, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; _____. **O fio e os rastros**. Verdadeiro, falso, fictício. Trad. Eduardo Brandão e Rose Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; HOBBSAWM, Eric. A volta da narrativa. In: _____. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 201-206; RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papirus, 1994, 3 vol; RÜSEN, Jörn. **Razão histórica – Teoria da História I**: os fundamentos da ciência histórica. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da UNB, 2001. _____. **Reconstrução do passado – Teoria da História II**: os princípios da pesquisa histórica. Trad. Asta-Rose Alcaide e Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da UNB, 2007; _____. **História viva – Teoria da História III**: formas e funções do conhecimento histórico. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da UNB, 2007; STONE, Laurence. O ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma velha História. **Revista de História**, Unicamp, n. 2/3, 1991, p. 13-37; ZAGORIN, Perez. Historiografia e pós-modernismo: Reconsiderações. **Topoi**, Rio de Janeiro, mar. 2001, p. 137-152.

⁴ VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 7-8.

⁵ Cf. Ibid., p. 17. Aqui Veyne remonta a distinção efetuada por Aristóteles na *Poética*. O filósofo de Estagira manifesta-se desta maneira: “Pelas precedentes considerações se manifesta que não é ofício do poeta narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade. Com efeito, não diferem o historiador e o poeta, por escreverem verso ou prosa (pois que bem poderiam ser postas em verso as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser histórias, se fossem em verso o que eram em prosa), — diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder. Por isso a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente o universal, e esta o particular. Por “referir-se ao universal” entendo eu atribuir a um indivíduo de determinada natureza pensamentos e ações que, por liame de necessidade e verossimilhança, convém a tal natureza; e ao universal, assim entendido, visa a poesia, ainda que de nomes aos seus personagens; particular, pelo contrário, é o que fez Alcibíades ou o que lhe aconteceu”. Cf. ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução, prefácio, introdução, comentários e apêndice de Eudoro de Sousa. Porto Alegre: Globo, 1966, p. 50.

⁶ Cf. Ibid., p. 12.

⁷ Ibid., p. 135.

⁸ Ibid., p. 51-52.

⁹ Ibid., p. 28.

¹⁰ Ibid., p. 120. Podemos problematizar a concepção de história de Paul Veyne apresentada em *Como se escreve a história* por meio da leitura de outra obra do autor: *O inventário das diferenças*. Nesta obra, Veyne fala da “história conceitual”, que estaria entre a ciência e a filosofia. Ao proporcionar uma inteligibilidade comparativa, a história conceitual se apresenta sim como uma ciência, especialmente quando se vale do diálogo com a sociologia, e quando não se contenta apenas em narrar, mas procura explicar os eventos por meio de conceitos. Cf. VEYNE, Paul. **O inventário das diferenças: história e sociologia**. Tradução de Sônia Saizstein. São Paulo: Brasiliense, 1983.

¹¹ Ambos arregimentados na coletânea de ensaios intitulada *Trópicos do Discurso*. No primeiro, White acusa os historiadores de reivindicar para o seu ofício um plano médio entre a arte e a ciência e, portanto, “*epistemologicamente neutro*”, que os tornava inimigos irremissíveis de ambas. No segundo, White aponta que a história é um tipo de artefato verbal em prosa, cujos conteúdos são inventados e descobertos, sobre o qual não existe método específico por parte de quem o escreve: o historiador. Cf. WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: EDUSP, 1994, passim.

¹² WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. 2. ed. 1. reimpr. Tradução de José Laurênio de Melo. São Paulo: EDUSP, 2008.

¹³ Ibid., p. 11.

¹⁴ Ibid., loc. cit.

¹⁵ Cf. Ibid., p. 43.

¹⁶ Cf. Ibid., p. 21-23.

¹⁷ Tomadas de empréstimo da obra *Anatomia da crítica*, de Northrop Frye. Cf. FRYE, Northrop. **Anatomia da crítica**. Tradução de Péricles Eugênio da Silva Ramos. São Paulo: Cultrix, 1973..

¹⁸ Cf. WHITE, Hayden, op. cit., p. 23-43.

¹⁹ Ibid., p. 45.

²⁰ Cf. Ibid., p. 46-52.

²¹ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. **A escrita da história**. 3. ed. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, p. 47.

²² Cf. Ibid., p. 46, 100-101.

²³ Ibid., p. 90.

²⁴ GAY, Peter. **O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 17.

²⁵ Ibid., p. 18.

²⁶ Ibid., p. 167.

²⁷ Ibid., p. 168.

²⁸ Ibid., p. 172-175.

²⁹ Ibid., p. 190.

³⁰ Ibid., p. 193.

³¹ CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 99-100.

³² Cf. Ibid., p. 100.

³³ Ibid., p. 104-105.

³⁴ Ibid., p. 108.

³⁵ Ibid., p. 110.

³⁶ Cf. Ibid., p. 110-112.

³⁷ Ibid., p. 112.

³⁸ Cf. Ibid., p. 113-114.

³⁹ Ibid., p. 115.

⁴⁰ Ibid., p. 116.

⁴¹ MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: _____ (Org.). **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006, p. 15.